



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Av. VIII, nº 50 - Bairro Carreira Comprida - CEP 33.045-090 - Santa Luzia - MG

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para aquisição eventual e futura de **carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) e cilindro vazio**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia durante o ano letivo de 2026, com quantitativo estimado para consumo em 02 anos conforme previsão de renovação da Ata de Registro de Preços.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P13	Unidade	3.000	R\$ 136,6483	R\$ 409.944,9000
02	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P45	Unidade	2.500	R\$ 467,8625	R\$ 1.169.656,2500
03	Aquisição de cilindro P13 vazio. Dimensões 360mm de diâmetro X 460 mm de altura	Unidade	15	R\$ 250,9183	R\$ 3.763,7745
04	Aquisição de cilindro P45 vazio. Dimensões: 380 mm de diâmetro X 1280 mm de altura.	Unidade	15	R\$ 1.038,0780	R\$ 15.571,1700
TOTAL: R\$ 1.598.936,0940					

- 1.2. Os produtos/objetos desta contratação serão licitados por item, conforme descrito acima sendo tal opção justificada por critérios técnicos, logísticos e operacionais elencados no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. Os bens/objetos desta contratação são caracterizados como bens comuns, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.5. O fornecimento de carga de gás liquefeito de petróleo e cilindro vazio, possui natureza de fornecimento continuado tendo em vista que se destina ao atendimento de necessidades permanentes e recorrentes da Secretaria Municipal de Educação.

- 1.6. prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, em conformidade com Art. 84 da Lei Nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), insumo energético essencial à operacionalização das cozinhas das unidades escolares, instituições conveniadas e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia/MG, sendo indispensável à execução das atividades de preparo da alimentação escolar.

A necessidade administrativa decorre da obrigação do Poder Público de garantir condições materiais adequadas para a oferta regular de alimentação aos estudantes da educação básica, especialmente no âmbito das políticas públicas de alimentação escolar, cuja execução depende diretamente da disponibilidade de insumos energéticos adequados, seguros e contínuos.

A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza parcelada, estimada e recorrente da demanda, bem como da necessidade de flexibilidade na contratação, permitindo à Administração realizar aquisições conforme a efetiva necessidade das unidades atendidas, evitando desabastecimento ou aquisição excessiva de insumos.

Os quantitativos estimados foram definidos com base no consumo histórico das unidades escolares, na expansão da rede municipal de ensino e na projeção da demanda para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, considerando a necessidade de atendimento contínuo e ininterrupto do serviço público educacional.

- 2.2. O detalhamento técnico da solução, bem como a análise das alternativas disponíveis e a justificativa da escolha da solução adotada, encontra-se consolidados no Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente processo administrativo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A solução a ser contratada consiste no fornecimento parcelado de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em recipientes transportáveis do tipo P13 e P45, bem como no fornecimento eventual de cilindros vazios, com entrega descentralizada diretamente nas unidades escolares, instituições conveniadas e demais setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação.
- 3.2. A solução contempla o conjunto de atividades necessárias à adequada execução do objeto, incluindo aquisição, armazenamento, transporte, distribuição, entrega, substituição de recipientes, quando necessário, e observância integral das normas técnicas e de segurança aplicáveis ao GLP, durante toda a vigência da contratação.
- 3.3. O gás liquefeito de petróleo (GLP) deverá atender integralmente às especificações técnicas e regulatórias estabelecidas pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e pelo Corpo de Bombeiros Militar.

- 3.4. O produto deverá consistir em mistura de hidrocarbonetos leves, predominantemente propano e butano, com características físico-químicas adequadas ao uso em cozinhas institucionais, devendo apresentar padrão de qualidade, pureza, pressão e poder calorífico compatíveis com as normas vigentes.
- 3.5. Os recipientes deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso, integridade estrutural, vedação e segurança, devidamente certificados, lacrados, dentro do prazo de validade das inspeções obrigatórias e identificados conforme exigências normativas.
- 3.6. A solução adotada considera o ciclo de vida do objeto, compreendendo não apenas o fornecimento do produto, mas também sua correta utilização, substituição, controle de qualidade, segurança no transporte e manuseio, bem como a responsabilidade do fornecedor pela conformidade técnica e regulatória durante toda a execução contratual.
- 3.7. A entrega descentralizada diretamente nas unidades escolares visa assegurar maior eficiência logística, redução de riscos de desabastecimento e garantia da continuidade das atividades de preparo da alimentação escolar, elemento essencial à execução das políticas públicas educacionais.
- 3.8. A solução encontra-se alinhada à necessidade administrativa, à capacidade operacional do Município e às condições de mercado, configurando-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e de segurança.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Condições de Entrega

- 4.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 24 (vinte e quatro) horas corridas a partir do envio do pedido para o fornecedor.
- 4.1.2. O prazo estabelecido no item anterior constitui requisito essencial da contratação, considerando a natureza contínua e indispensável do fornecimento de GLP para a execução das atividades de preparo da alimentação escolar, não sendo admitida a interrupção do abastecimento.
- 4.1.3. O objeto deverá ser entregue nas unidades abaixo:

	Unidade	Endereço
Instituição Conveniada	APAE (São Benedito)	Rua Macajuba, 219. Bairro Asteca
	Creche A Patotinha	Rua Elísio da Cunha, 521. Palmital
	Creche Senhora da Paz	Av. Antônio Pinho Tavares, 313. Cristina C
	Creche Leonardo Franco	Rua Claudovino, 130. Cristina A
	Instituto São Jerônimo	Rua Floriano Peixoto, 409. Centro
	Fundação Fé e Alegria	Rua Teodomiro Alves Climeres, 191. Palmital
	Creche Padre Germano	Rua Nove, 64. Palmital
	Fraternidade Irmã Fabíola	Rua Dr. Assis Martins, 230. Carreira Comprida
	Instituto Seara de Luz I	Rua Barão do Rio Branco, 334. São João Batista
	Instituto Seara de Luz III	Rua Ruth Mitraud Tofani, 158. Bairro Liberdade
	Instituto Seara de Luz IV	Rua Presidente Washington, 775. Bairro Boa Esperança
UMEI	Antônio Gomes Damião	Rua Marília de Dirceu. Bairro Industrial Americano
	Carmen Lídia Diniz	Alameda de Santorini, 57. Bairro Liberdade

Cecília Meireles	Avenida Yolanda T. da Costa, 790. Conjunto Cristina
Cornelina Carvalho Silvério	Rua Domingo Orzil Fernandes. Bairro Frimisa
Espedito Silvino Dias	Rua das Pitangueiras, 97. Bairro Bom Destino
Maria Augusta da Silva	Rua Laureano Rocha, 181. Bairro Padre Miguel
Nossa Senhora Aparecida	Rua Maria Flávia Lessa. Bairro Cristina A
Prof. Marli de Oliveira	Rua Uirapuru, 219. São Cosme. Santa Luzia.
Zelita Francisca Ramos	Rua Maria Januária Saler, Bairro Palmital

	Unidade	Endereço
Escola Municipal	Centro de Educação Integral	Avenida Beira Rio, 2.000. Distrito Indr. Simão Cunha
	Alice Aparecida de Ávila	Rua Agenor Augusto da Silva, 70. Conjunto Palmital
	Ana Zélia de Moraes Lara	Rua Juquiá, 322. Bairro São Cosme
	Dagmar Barbosa de Souza	Av. VIII, 201. Bairro Carreira Comprida
	Dom Pedro II	Rodovia MG 020 – Povoado de Taquaraçu de Baixo
	Dona Quita	Rua Totó Marcelino, 361. Bairro Adeodato
	Dr. Oswaldo Ferreira	Rua Geraldo Luiz de Brito, 130. Bairro Monte Carlo
	Dulce Viana de A. Moreira	Estrada do Bananal, 315. Bairro Bonanza
	Edwar Lima	Rua Maria do Carmo de Castro, 25. Conjunto Palmital
	Etelvino de Souza Lima	Avenida Engenheiro Felipe Gabrich, 19. Bairro Córrego das Calçadas
	Iracema Prado	Av. Brasília, 3505. Bairro Conjunto Cristina C
	Jacinta Enéas Orzil	Rua Roberto T. da Costa, 165. Bairro Conjunto Cristina C
	Jaime Avelar Lima	Rua das Palmeiras, 335. Bairro Bom Destino
	José Augusto Resende	Av. Hum, 80. Bairro Duquesa II
	José Luiz dos Reis	Rua João Alfredo Castilho, s/n. Barreiro do Amaral
	Lúcia Viana Paiva	Rua Nigéria, 55. Bairro Baronesa
	Luísa Rosália D. Kentish	Rua Haiti, 242. Bairro Industrial Americano
	Maria das Graças T. Braga	Rua São Judas Tadeu, 271. Bairro São Benedito
	Maria José de B. Carvalho	Rua Uiapuru, 46. Bairro São Cosme
	Marina Vianna de Castilho	Rua Érico Veríssimo, 265. Bairro Londrina
	Miguel Resende	R. São Judas Tadeu, 271. São Benedito
	Modestino Gonçalves	R. Direita, 673. Centro
	Prof. Ceçota Diniz	Praça Luiz Carvalho de Sena, 214. Bairro Bom Jesus
	Prof. Maria da Glória C. Veado	Rua Maria Dorida da Rocha, 20. Conjunto Cristina B
	Prof. Síría Thébit	Rua José Sieiro Barreiro, 274. Conjunto Cristina B
	Prof. Sueli Lima de Mello	Avenida Etelvino de Souza Lima, 3.084. Bairro Conjunto Palmital A
	Santa Luzia	Rua Gervásio Lara, 119. Nossa Senhora das Graças
	Sinhá Teixeira da Costa	Rua José Augusto Gonçalves, 290. São Geraldo

- Secretaria de Educação: Avenida VIII, 50. Bairro Carreira Comprida

4.1.4. Caso seja inaugurada nova escola, UMEI, instituição conveniada ou outra unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação no Município de Santa Luzia/MG, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a contratada ficará obrigada a atendê-la, desde que formalmente comunicada pela Administração e mantidas as condições do objeto contratado.

- 4.1.5. A contratada deverá garantir capacidade logística suficiente para atendimento simultâneo das unidades escolares, assegurando o fornecimento regular e contínuo do objeto, inclusive em situações emergenciais.
- 4.1.6. A contratada será responsável pelo transporte, descarregamento e entrega do objeto até o local indicado pela Administração, devendo adotar todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio de produto inflamável, em conformidade com a legislação e normas técnicas aplicáveis.
- 4.1.7. Os recipientes e cargas de GLP deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente lacrados, identificados, certificados e dentro do prazo de validade das inspeções obrigatórias, não sendo admitido o fornecimento de produtos com avarias, vazamentos ou irregularidades.

4.2. Subcontratação

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, **exceto** na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, **desde que expressamente autorizada pelo Contratante**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.3. Da participação de consórcios:

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) produto(s) a ser(em) adquirido(s), considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o(s) produto(s) de forma independente.

4.4. Garantia Contratual

4.4.1 Não haverá exigência da garantia contratual prevista no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões: os itens a serem adquiridos referem-se a produtos de consumo, de fornecimento padronizado, com risco reduzido de inadimplemento, sem a necessidade de execução continuada ou instalação técnica especializada, o que reforça a baixa complexidade da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de fornecimento

5.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. O prazo máximo para entrega dos itens contratados será de **24 (vinte e quatro) horas corridas**, contados a partir do recebimento, pela contratada, da **ORDEM DE FORNECIMENTO** ou de outro

instrumento hábil que formalize a contratação, nos termos do art. 95 da Lei Nº 14.133/2021.

5.2.2. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

5.2.2.1. A aceitação da prorrogação do prazo de entrega pela área demandante, por solicitação do Detentor, realizada antes de finalizado o prazo de entrega, não implicará a impossibilidade de aplicação de eventual penalidade pela mora do Contratado.

5.2.4.1. O(s) produto(s) danificado(s) não será(ão) recebido(s).

5.2.5. O(s) produto(s) entregue(s) pelo Detentor durante a execução do registro de preços poderá(ão) ser objeto(s) de análise, por amostragem, a critério da Administração Pública, para verificar, a qualquer tempo, a qualidade do(s) produto(s) adquirido(s).

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, devidamente formalizados, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal por apostilamento.

6.3. As comunicações entre o órgão e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), na forma do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas, especialmente quanto à qualidade, quantidade, prazo de entrega, integridade dos recipientes e conformidade com as normas técnicas aplicáveis ao gás liquefeito de petróleo (GLP).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021. sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do(s) produto(s):

8.1.1. O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho ou outro instrumento hábil, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. O(s) produto(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da especificação, qualidade e quantidade do(s) produto(s) e consequente aceitação mediante recibo na Nota Fiscal respectiva.

8.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à especificação, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do artigo 9º, do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7.. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-e** de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Reajuste

8.5.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO para Registro de Preço, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Habilitação jurídica

9.2.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

9.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação

capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU valor total estimado da parcela pertinente.

9.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5. Qualificação Técnica

9.5.1. Qualificação técnico-operacional

9.5.1.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.5.1.2. Para fins de qualificação técnico-operacional, será exigida comprovação de execução mínima correspondente a 5% (cinco por cento) do quantitativo estimado do item ou lote para o qual a licitante apresentar proposta, percentual considerado suficiente para demonstrar a capacidade operacional, sem restringir a competitividade do certame.

9.5.1.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido.

9.5.1.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

9.5.1.5. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

9.5.1.6. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares que comprovem a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

9.5.2. Regularidade técnica e regulatória

9.5.2.1 A licitante deverá comprovar regularidade para o exercício da atividade econômica compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de autorização, registro ou licença expedida por órgão competente, quando exigido pela legislação aplicável.

9.5.2.2. Para o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), a licitante deverá comprovar regularidade junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, mediante apresentação de documento válido que autorize o exercício da atividade de distribuição ou revenda de GLP, conforme o caso.

9.5.2.3. A licitante deverá comprovar que realiza o transporte de GLP em conformidade com as normas técnicas e regulatórias vigentes, em veículos apropriados e devidamente autorizados.

9.5.2.4. Deverá ser apresentado Certificado de Vistoria ou documento equivalente emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar competente, dentro do prazo de validade, que ateste a regularidade das instalações para o exercício da atividade de armazenamento e/ou revenda de GLP.

9.5.3. Regularidade ambiental

9.5.3.1. A licitante deverá comprovar regularidade ambiental, quando aplicável, mediante apresentação de inscrição válida no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos da legislação vigente.

9.5.4. Disposições gerais

9.5.4.1. Durante a execução contratual, a contratada deverá observar integralmente as normas técnicas, de segurança, transporte, armazenamento e comercialização de GLP, expedidas pelos órgãos competentes, tais como ANP, ABNT, INMETRO e Corpo de Bombeiros.

9.5.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada do fornecimento.

9.5.4.3 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.5.4.4 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Nº 5.764, de 1971;

9.5.4.5 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.5.4.6 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.5.4.7 O registro previsto na Lei Nº 5.764, de 1971, art. 107;

9.5.4.8 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.5.4.9 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.5.4.10 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

10. Das obrigações do Detentor da Ata

10.1. Confirmar o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil encaminhadas por e-mail ou outro meio eficaz, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

10.2. Cumprir todas as obrigações constantes deste TR e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca;

10.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora;

10.5. Entregar o(s) produto(s), no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes neste Termo de Referência e Anexos;

10.6. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s), de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega;

10.7. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso;

10.7.1. O Detentor deverá garantir a qualidade produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP/Contrato.

10.8. Substituir, após solicitação do Órgão ou Entidade Gerenciadora, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e nesta ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

10.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do Edital e da legislação aplicável;

10.10. Entregar, o(s) laudo(s) de análise do(s) produto(s), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do Edital e da legislação aplicável;

10.11. Manter, durante toda a vigência desta ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

10.12. Comunicar ao Órgão ou Entidade contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

10.13. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas;

10.14. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento;

10.15. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos;

10.16. Comunicar ao Órgão Gerenciador a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo contratado caso futuramente demandado;

10.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual/da ARP pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

10.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.23. Cumprir, durante toda a vigência da ARP/contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.24. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.25. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.598.936,09 (um milhão, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e seis reais e nove centavos), conforme valores apostos na pesquisa de preços.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

- Fonte de Recurso: 1500 (Recursos não vinculados de impostos)
- Projeto Atividade: 2762 (Manutenção da Gerência de Alimentação Escolar)
- Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00
- Ficha: 899

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilament

AUTORIDADE MÁXIMA DA SECRETARIA REQUISITANTE

Heverton Ferreira de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Os membros abaixo assinados, integrantes da equipe de planejamento da contratação, sob as penas da lei, em obediência ao Decreto Nº 4.200 de 2023, **DECLARAM** que utilizaram o modelo ou minuta-padrão oficialmente divulgado pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG ou pelo Governo Federal (AGU/Seges) denominado **TERMO DE REFERÊNCIA** <https://www.santaluzia.mg.gov.br/nllc/?licitacao=declaracao-de-conformidade-com-modelo-oficial-decreto-no-4-200-2023>

Foram lidas e cumpridas as “ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA” constantes nas notas explicativas ou comentários do arquivo do modelo; e **DECLARAMOS** que, em relação às partes invariáveis do modelo (redação padrão) que constava na cor preta, sem marcação de itálico:

Não foram modificadas, exceto para eventualmente substituir/adequar nomenclatura/referência de órgãos/normas federais por municipais; e que, por isso, pode ser dispensada a análise/aprovação do servidor/equipe de controle interno ou de assessoramento jurídico quanto a essas partes padronizadas.

Equipe de Planejamento da Contratação

Débora Oliveira Vieira
Mendes Hermogenes

Gerente
técnico

Thiago Mendes Oliveira

Gerente

Luiz Henrique

Analista



Documento assinado eletronicamente por **Débora Oliveira Vieira, Gerente**, em 09/04/2026, às 07:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Heverton Ferreira de Oliveira, Secretário**, em 09/04/2026, às 09:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Mendes Hermogenes, Auxiliar de Secretaria**, em 09/04/2026, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Mendes Oliveira, Servidor Público**, em 09/04/2026, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidadesei> informando o código verificador **0334828** e o código CRC **64603026**.